

**ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE
DO TURISMO NACIONAL
DESTINOS INDUTORES
DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO REGIONAL**

MARAGOGI

2013



APRESENTAÇÃO

Com o intuito de auxiliar destinos turísticos, fornecendo informações que contribuam para a análise, a conjugação e o equilíbrio dos diversos fatores que, para além da atratividade, contribuem para a evolução da atividade turística, o Ministério do Turismo, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional) e a Fundação Getulio Vargas (FGV) deram início, em 2008, ao Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional. Em 2010, o Estudo de Competitividade passou a ser denominado Índice de Competitividade do Turismo Nacional – 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional.

A metodologia que gera índices em 13 dimensões ligadas à atividade turística permite monitorar a eficiência de um destino turístico sob a ótica da competitividade – conceito que impulsiona o destino a superar-se ano após ano, proporcionando ao turista uma experiência cada vez mais positiva.

Este índice tem o intuito de mensurar, de forma objetiva, diversos aspectos – entre eles os econômicos, sociais e ambientais – que indicam o nível de competitividade dos destinos turísticos. A partir da identificação e do acompanhamento de indicadores objetivos, e da geração de um diagnóstico da realidade local, torna-se mais viável a definição de ações e de políticas públicas que visem ao desenvolvimento da atividade turística.

O presente relatório apresenta individualmente os valores que o destino obteve nas 13 dimensões abordadas pelo estudo e reúne as análises sobre os resultados consolidados. Tais resultados foram gerados a partir de respostas coletadas no município pela Fundação Getulio Vargas de maio a agosto de 2013.

Com este documento, o Ministério do Turismo, o Sebrae Nacional e a FGV esperam fornecer aos destinos turísticos indicadores nacionais de eficiência que delineiem um termômetro da realidade da atividade no País. Conhecendo os aspectos passíveis de mensuração, cada destino verá ampliada sua capacidade de gestão dos recursos disponíveis e de intervenção sobre seus pontos fortes e fracos.

Ministério do Turismo

Sebrae Nacional

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	2
SUMÁRIO.....	3
1. ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE	4
2. RESULTADOS	6
2.1. Índice geral	6
2.2. Infraestrutura geral	9
2.3. Acesso	10
2.4. Serviços e equipamentos turísticos	12
2.5. Atrativos turísticos	14
2.6. Marketing e promoção do destino	15
2.7. Políticas públicas.....	17
2.8. Cooperação regional.....	19
2.9. Monitoramento	21
2.10. Economia local	23
2.11. Capacidade empresarial.....	24
2.12. Aspectos sociais	26
2.13. Aspectos ambientais.....	27
2.14. Aspectos culturais.....	29
3. BALANÇO GERAL – ÍNDICES DE COMPETITIVIDADE	32

1. ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE

A fim de dar continuidade ao trabalho iniciado em 2008, o Ministério do Turismo (Mtur), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional) e a Fundação Getulio Vargas (FGV) consolidam, no presente documento, os resultados da edição 2013 do *Índice de Competitividade do Turismo Nacional*.

Para realizar este estudo, pesquisadores da Fundação Getulio Vargas permanecem uma semana em cada destino aplicando um questionário com perguntas que incluem dados primários e secundários em 13 dimensões – Infraestrutura geral, Acesso, Serviços e equipamentos turísticos, Atrativos turísticos, Marketing e promoção do destino, Políticas públicas, Cooperação regional, Monitoramento, Economia local, Capacidade empresarial, Aspectos sociais, Aspectos ambientais e Aspectos culturais.

Todas as perguntas que integram as 13 dimensões do questionário compõem o Índice de Competitividade do destino, ou seja, mensuram ***a capacidade crescente de um destino de gerar negócios nas atividades relacionadas com o setor de turismo, de forma sustentável, proporcionando ao turista uma experiência positiva.***

Com base nas informações coletadas, foram atribuídos pontos às perguntas e pesos às variáveis, gerando índices para cada dimensão. Utilizou-se, por sua vez, um conjunto de pesos na ponderação das dimensões, que resultou em um índice global de competitividade do destino.

Para fins de análise, os índices de competitividade foram divididos em cinco níveis com escala de 0 a 100¹:

Nível 1: intervalo entre 0 e 20;

Nível 2: intervalo entre 21 e 40;

Nível 3: intervalo entre 41 e 60;

Nível 4: intervalo entre 61 e 80;

¹ Para o posicionamento em níveis, segundo a escala proposta, utilizou-se o critério de arredondamento das pontuações. Por exemplo: abaixo de 20,4, a pontuação posicionou-se no nível 1 (entre 0 e 20); acima de 20,5, classificou-se no nível 2 (entre 21 e 40), e assim por diante.

Nível 5: destinos com índices entre 81 e 100.

Serão apresentados, portanto, os resultados consolidados do destino em 2013: o índice geral de competitividade do destino e o indicador em cada uma das 13 dimensões avaliadas. O documento apresenta ainda a média Brasil (média dos indicadores obtidos pelos 65 destinos) e a média das cidades não capitais. Estes dados poderão ser comparados aos resultados obtidos nos anos anteriores, o que permitirá observar a evolução dos índices, graças à série histórica que vem sendo construída.

Para que o município avaliado possa comparar os resultados das cinco edições da pesquisa, é importante observar os critérios estatísticos nos quais esse levantamento se baseia. Considerou-se que o índice se manteve estável em casos de aumento ou queda de até 1,0 ponto na comparação dos indicadores entre anos seguidos. Isto é, para que o destino considere um índice como evolução ou regressão, é preciso que a diferença entre os resultados das pesquisas seja superior a 1,0 ponto, para mais ou para menos, no total geral ou em qualquer uma das 13 dimensões.

Uma vez conhecidos os índices nacionais de competitividade (média Brasil e média das não capitais), recomenda-se que cada destino analise seus resultados de forma crítica, ponderando questões ligadas às suas características geográficas, econômicas e ao posicionamento, a fim de entender que os resultados de determinada dimensão serão influenciados por esses fatores. Dessa forma, não se espera que alguns destinos alcancem, necessariamente, o índice mais alto em todas as dimensões. Isso é especialmente aplicado a alguns destinos não capitais ou que estejam direcionados a nichos específicos de mercado.

Uma leitura criteriosa e consciente dos índices obtidos poderá fornecer referências para um planejamento que favoreça os pontos fortes e minimize os impactos de aspectos inibidores do desenvolvimento do destino turístico.

O principal objetivo deste relatório é permitir que os destinos estudados utilizem essas informações para planejar e tirar partido de vantagens competitivas, norteando a elaboração de políticas públicas que eliminem, gradativamente, os entraves ao desenvolvimento sustentável da atividade turística.

2. RESULTADOS

A pesquisa em Maragogi foi realizada entre os dias 01 a 05 de Julho de 2013, período em que foram entrevistados diversos representantes dos setores público e privado, associações de classe, entre outros, para coletar os dados que compõem o índice de competitividade do destino.

Aplicou-se, também, o método de observação *in loco* para a avaliação dos destinos. Em complemento aos dados coletados em campo, a pesquisa utilizou diversas informações disponíveis em fontes oficiais.

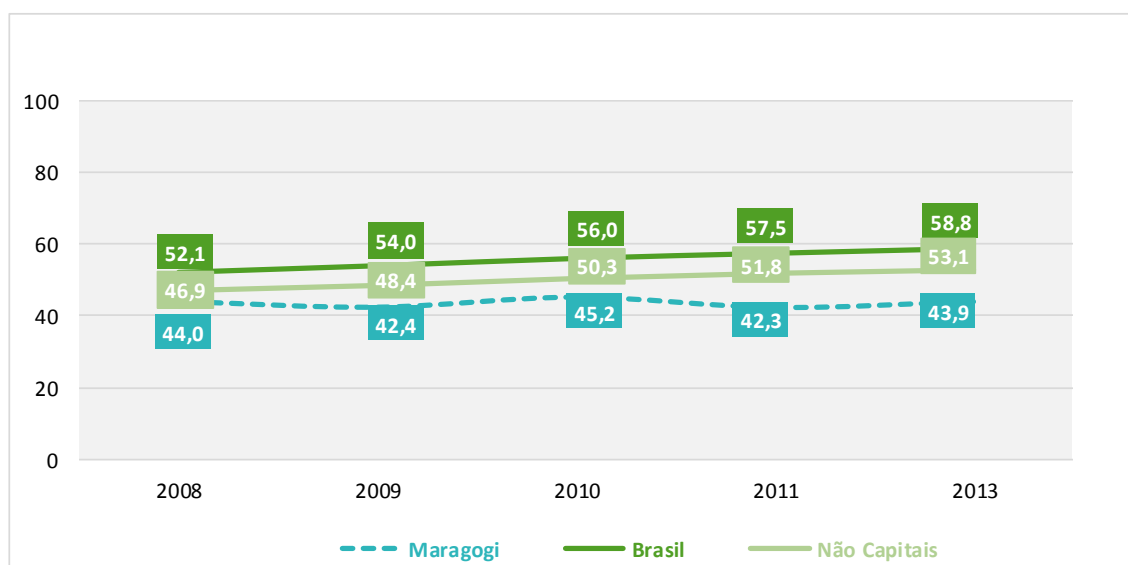
Além dos índices alcançados pelo destino em cada dimensão, serão destacados, a seguir, os principais fatores que contribuíram para tais resultados.

2.1. Índice geral

O índice geral de competitividade do destino turístico indutor refere-se à soma ponderada das 13 dimensões avaliadas.

O índice geral do destino em 2013 foi de 43,9 (nível 3). Esse resultado, apresentado no gráfico a seguir, ficou acima do índice obtido em 2011 (42,3):

Gráfico 1. Índices gerais de competitividade – destino x Brasil: 2008-2013

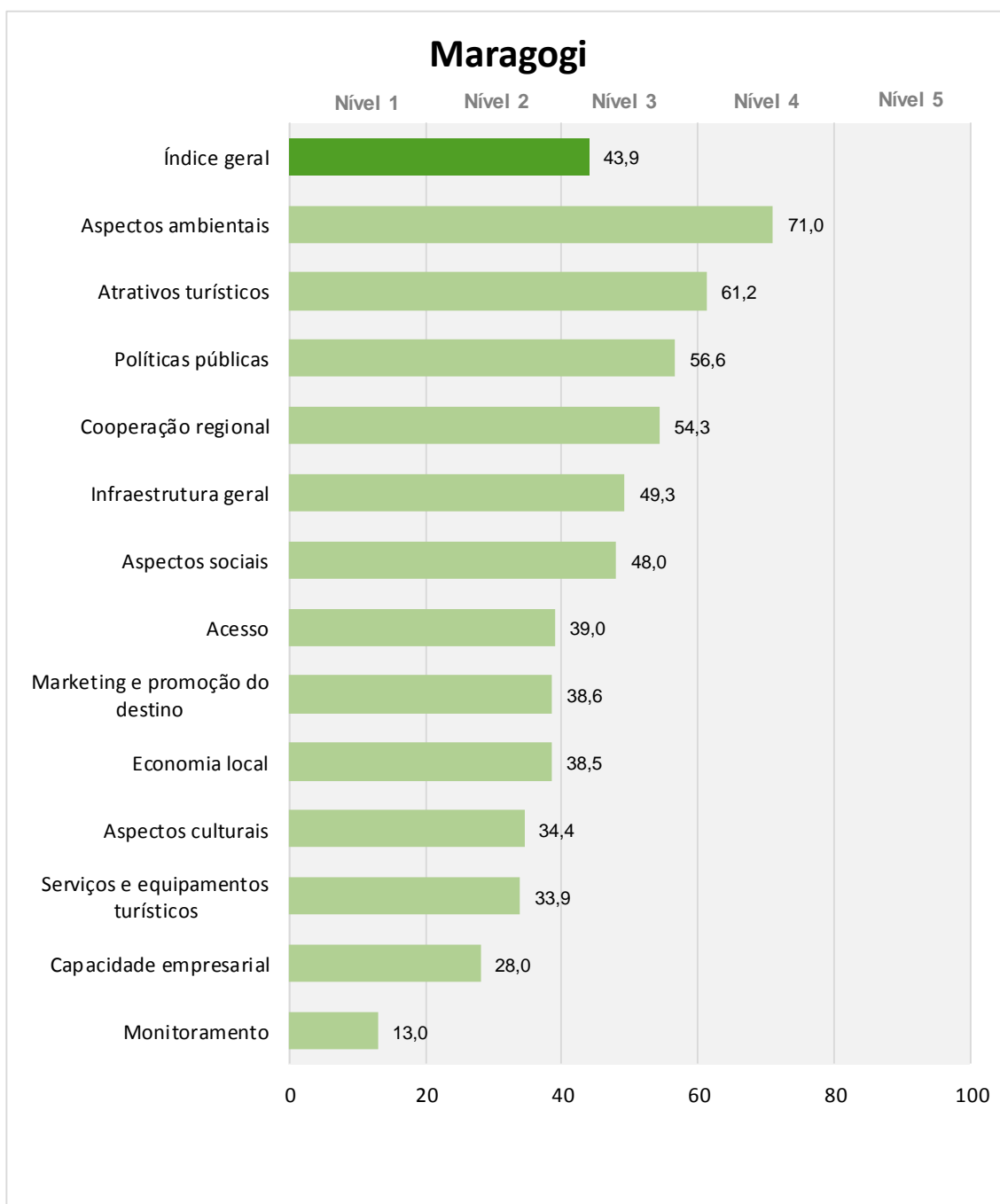


Observa-se no Gráfico 1 o comportamento dos indicadores do destino ao longo das cinco edições da pesquisa. Em 2013, o índice evoluiu, mantendo-se no mesmo nível de competitividade que 2011.

O Gráfico 1 apresenta a média Brasil e média das não capitais, demonstrando que o índice do destino seguiu a tendência nacional de evolução gradual. Considerando os resultados obtidos por todos os 65 destinos avaliados em 2013, a média Brasil, índice referencial da competitividade nacional, foi de 58,8. A média dos índices das não capitais foi de 53,1.

Os resultados apresentados a seguir apontam que, das 13 dimensões avaliadas, as que obtiveram melhores desempenhos, com índices acima do nível 4 (61 a 80), foram Aspectos ambientais e Atrativos turísticos, conforme o gráfico a seguir. Por sua vez, as dimensões com os menores níveis de competitividade são Acesso, Marketing e promoção do destino, Economia local, Aspectos culturais, Serviços e equipamentos turísticos, Capacidade empresarial e Monitoramento, as quais não ultrapassaram o nível 2 (abaixo de 40,4).

Gráfico 2. Índices por dimensão em ordem decrescente de desempenho

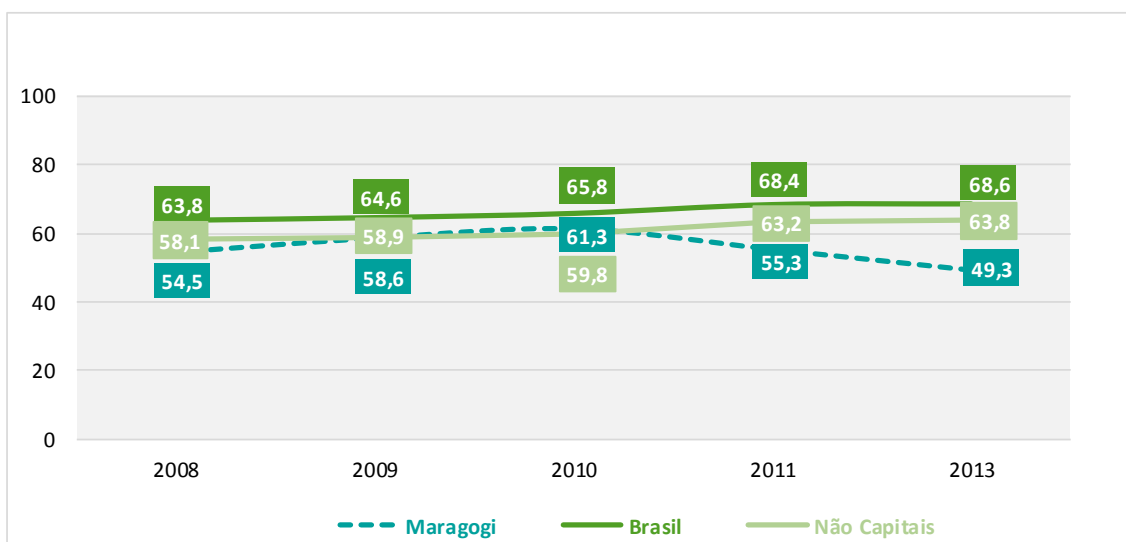


2.2. Infraestrutura geral

O *Índice de Competitividade do Turismo Nacional* considerou as seguintes variáveis referentes à *Infraestrutura geral*: (i) capacidade de atendimento médico para o turista no destino; (ii) fornecimento de energia; (iii) serviço de proteção ao turista; e (iv) estrutura urbana nas áreas turísticas.

Em *Infraestrutura geral*, a média Brasil em 2013 foi de 68,6. Maragogi registrou 49,3 nessa dimensão em 2013 (nível 3), índice abaixo do obtido pelo destino em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 3. Índices Infraestrutura geral – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 63,8 (nível 4), acima do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva por fatores, tais como:

- Disponibilidade, no destino, de serviço público de atendimento médico em emergências 24 horas no destino;
- Presença de Corpo de Bombeiros com grupo de busca e salvamento e que atendem a 14 municípios da região;
- Existência de Defesa Civil no destino;
- Existência de elementos de drenagem nas áreas turísticas; e

- Presença de órgão responsável pela conservação urbana – Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

- O atendimento de emergências médicas 24 horas tem nível de complexidade que atende apenas primeiros socorros e estrutura para pequenas cirurgias;
- Fornecimento descontínuo de energia elétrica no período de alta temporada, devido ao aumento da demanda, no período de chuvas;
- Ausência de grupamento de polícia especializado no atendimento ao turista;
- Inexistência de programa de proteção ao turista na Polícia Civil;
- Ausência de banheiros públicos e de número suficiente de lixeiras no entorno das áreas turísticas.

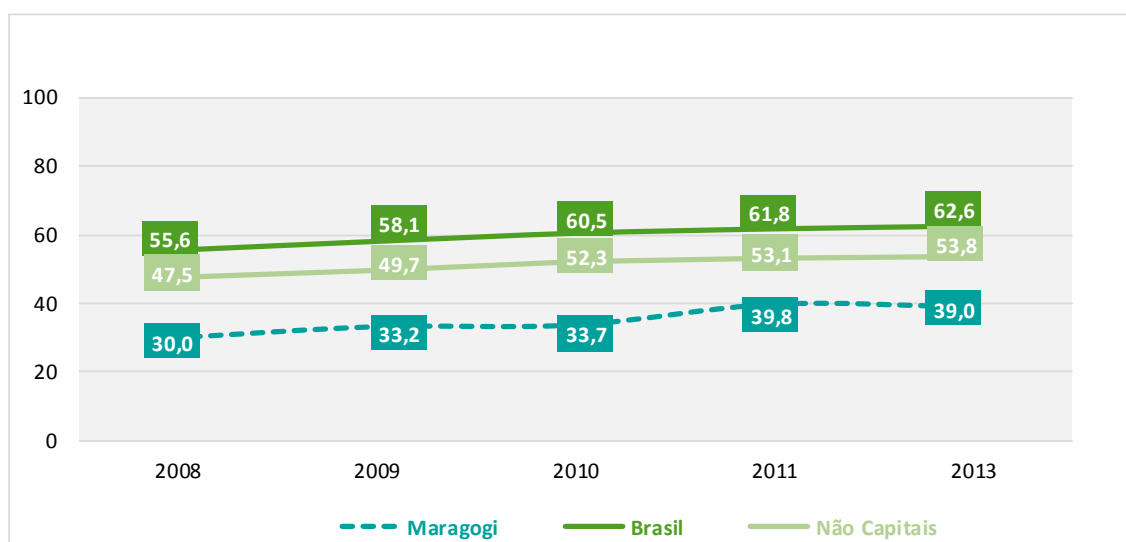
Além desses fatores, foram considerados na composição do índice, indicadores de saúde como a expectativa de vida da população, o número de estabelecimentos com atendimento de urgência, o número de postos ambulatoriais de atendimento, o número de profissionais de saúde e o número de leitos.

2.3. Acesso

Nesta dimensão foram consideradas as seguintes variáveis: (i) acesso aéreo; (ii) acesso rodoviário; (iii) acesso aquaviário; (iv) acesso ferroviário; (v) sistema de transporte no destino; e (vi) proximidade de grandes centros emissivos de turistas.

Em *Acesso*, a média Brasil em 2013 foi de 62,6. O destino registrou 39 nessa dimensão em 2013 (nível 2), índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 4. Índices Acesso – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 53,8 (nível 3), acima do resultado do destino nesta dimensão.

Entre os fatores que contribuíram favoravelmente para o índice de competitividade do destino nesta dimensão, constam:

- Aeroporto que atende ao município fora de seu território - Aeroporto Internacional de Recife - com centro de atendimento ao turista (CAT), restaurantes e lanchonetes, lojas, locadoras de veículos, táxi, serviço de câmbio, facilidades para pessoas com deficiência, serviço bancário, entre outros;
- Opções de transporte público ou concessões para atender àqueles que desembarcam no terminal aéreo que atende ao destino – ônibus convencional, táxi convencional e especial -, conforme visita técnica ao município; e
- Disponibilidade de vagas para estacionamento nas áreas turísticas.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador, constam os seguintes:

- Ausência de aeroporto dentro do território municipal ou em município limítrofe;
- Inexistência de terminal rodoviário no destino;
- Insuficiência da oferta de transporte intermunicipal que ligue o destino à Maceió e Recife;
- Inexistência de terminal aquaviário que atenda ao destino;

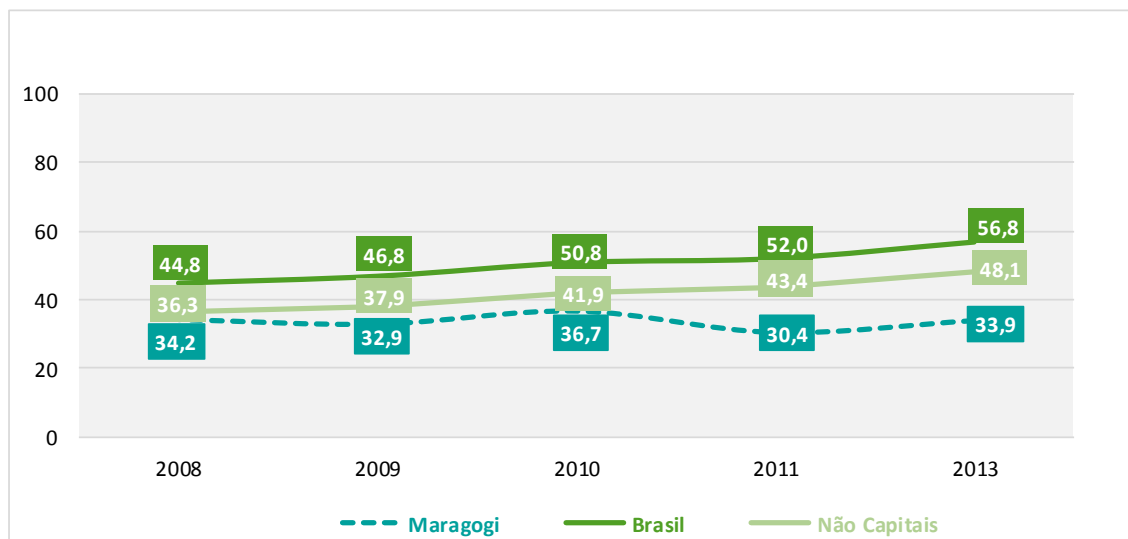
- Inexistência de linha regular de transporte turístico (ônibus ou similar) que interligue os principais atrativos do destino;
- Existência de congestionamentos no destino na alta temporada; e
- Inexistência de linhas de transporte urbano que atendam às principais atrações turísticas.

2.4. Serviços e equipamentos turísticos

A dimensão *Serviços e equipamentos turísticos* contemplou as seguintes variáveis: (i) sinalização turística; (ii) Centro de Atendimento ao Turista - CAT; (iii) espaços para eventos; (iv) capacidade dos meios de hospedagem; (v) capacidade do turismo receptivo; (vi) estrutura de qualificação para o turismo; e (vii) capacidade dos restaurantes.

Em *Serviços e equipamentos turísticos*, a média Brasil em 2013 foi de 56,8. O destino registrou 33,9 nessa dimensão em 2013 (nível 2), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 5. Índices Serviços e equipamentos turísticos – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 48,1 (nível 3), acima do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva pela verificação de fatores, entre os quais:

- Existência de Centro de Atendimento ao Turista no destino que oferece diversos serviços, como Contatos de operadoras, guias, agências, Profissionais que fornecem informações sobre o destino e entorno display com folders e propagandas de serviços para os turistas e mapa informativo;
- Oferta de espaços para a realização de eventos de pequeno, médio e grande porte em hotéis;
- Disponibilização de *internet* nas unidades habitacionais na maioria dos meios de hospedagem;
- Presença de empresas de receptivo que oferecem diversos serviços aos turistas no destino e entorno;
- Disponibilidade de guias de turismo registrados pelas normas do **MTur**; e
- Instituições de qualificação profissional que oferecem cursos livres, técnicos, de graduação e capacitação nas áreas relacionadas ao turismo no município, como curso de tecnólogo em hotelaria, cursos de camareira, garçom, e recepcionista.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador, constam os seguintes:

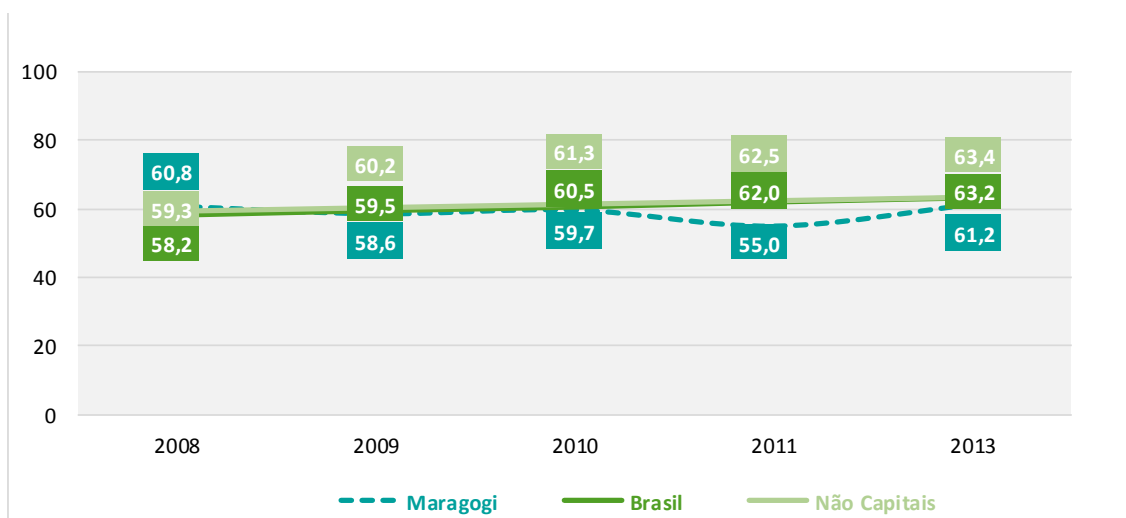
- Inexistência de sinalização turística viária nos padrões internacionais recomendados;
- Inexistência de sinalização turística descritiva ou interpretativa nos atrativos;
- Ausência de um centro de convenções que atenda ao destino;
- Capacidade do centro de convenções;
- Carência de oferta de espaços para a realização de eventos;
- Ausência de políticas locais de incentivo ao uso de tecnologias que priorizem a questão ambiental em estabelecimentos de hospedagem;
- Não cumprimento dos quesitos de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida por parte da maioria dos meios de hospedagem; e
- Carência de empresas de receptivo que ofereçam atendimento em idiomas.

2.5. Atrativos turísticos

Na dimensão *Atrativos turísticos*, o *Estudo de Competitividade* analisou as seguintes variáveis: (i) atrativos naturais; (ii) atrativos culturais; (iii) eventos programados; e (iv) realizações técnicas, científicas ou artísticas.

Em *Atrativos turísticos*, a média Brasil em 2011 foi de 63,2. O destino registrou 61,2 nessa dimensão em 2013, um índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 6. Índices Atrativos turísticos – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 63,4, acima do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva por diversos fatores, entre os quais:

- Existência de atrativos naturais para os quais há fluxo turístico, tais como: Piscinas Naturais de Maragogi, Praia Ponta de Mangue e Trilha do Visgueiro;
- Evidência de conservação ambiental do entorno do principal atrativo natural indicado – Piscinas Naturais de Maragogi –, conforme observado em visita técnica;
- Respeito ao limite de capacidade de carga/suporte, conforme previsto no estudo de capacidade de carga - Portaria 143 do Plano de Manejo de 1 de fevereiro de 2013;

- Manutenção da estrutura física disponível nas Piscinas Naturais de Maragogi;
- Adoção de quesitos de acessibilidade no principal atrativo natural – em especial para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- Presença de atrativos culturais com fluxo turístico, dos quais foram indicados como principais: Vitrine e Feira de artesanato, fábricas artesanais de bolinho de goma e Cooperativa dos Pequenos Agricultores Organizados (Coopeagro);
- Existência de eventos programados que atraem turistas, entre os quais: Festival da lagosta e carnaval; e
- Existência de atrativo de realização técnica, científica ou artística que atraia visitantes ao longo de todo o ano com interesse específico, independentemente de uma data especial no calendário de eventos, com destaque para a Coopeagro - cooperativa dos pequenos agricultores organizados, principal atrativo indicado nesta categoria.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

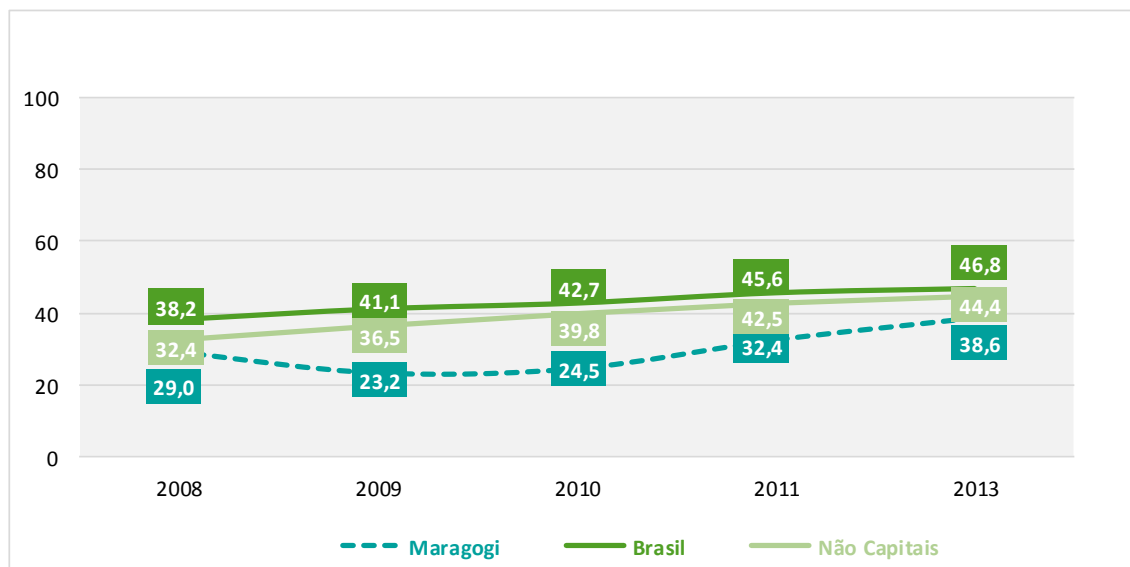
- Estrutura disponível nas Piscinas Naturais de Maragogi, local carece de melhorias, por exemplo, a estruturação do embarque e desembarque de passageiros;
- Carência de recursos que viabilizem o acesso ou circulação de pessoas com deficiência;
- Estado de conservação urbanística e ambiental do entorno do principal atrativo cultural indicado;
- Estado da estrutura física disponível no local em que acontece o principal evento programado indicado: Avenida Beira Mar, que está com parte das obras de revitalização inacabada; e
- Ausência de recursos que confirmem acessibilidade para pessoas com deficiência no local em que acontece o principal evento programado.

2.6. *Marketing e promoção do destino*

Na dimensão *Marketing e promoção do destino*, foram consideradas as seguintes variáveis: (i) plano de *marketing*; (ii) participação em feiras e eventos; (iii) promoção do destino; e (iv) página do destino na *internet (website)*.

Em *Marketing e promoção do destino*, a média Brasil em 2013 foi de 46,8. O destino registrou 38,6 nessa dimensão em 2013 (nível 2), um índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 7. Índices Marketing e promoção do destino – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capital avaliadas foi de 44,4 (nível 3), acima do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador na dimensão *Marketing e promoção do destino* foi influenciado de forma positiva por fatores, entre os quais:

- Participação em feiras e eventos do setor de turismo nos últimos dois anos;
- Participação contínua em feiras e eventos de outros setores (não voltados especificamente ao setor de turismo), de forma a ampliar a promoção do destino para públicos específicos no mercado nacional;
- Avaliação dos resultados dos eventos dos quais o destino participa, por meio de contagem de estabelecimentos estabelecidos. Esta prática ocorre em eventos de turismo;
- O destino turístico produziu evento(s) próprio(s) para se promover fora de seu território: exposição no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro durante a ABAV (2011) e capacitação para operadores durante a Braztoa;

- Existência de material promocional institucional disponível em idioma estrangeiro, que deixa claro, ao visitante, a preocupação com a preservação do meio ambiente;
- O material promocional do destino passa por revisão ortográfica profissional;
- Agenda de eventos disponível para consulta gratuita e *on line*; e
- Existência de página promocional de turismo do destino, acessível pelo endereço www.maragogionline.com.br, também em idioma estrangeiro, e que sinaliza ao visitante a preocupação do destino em preservar o meio ambiente.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

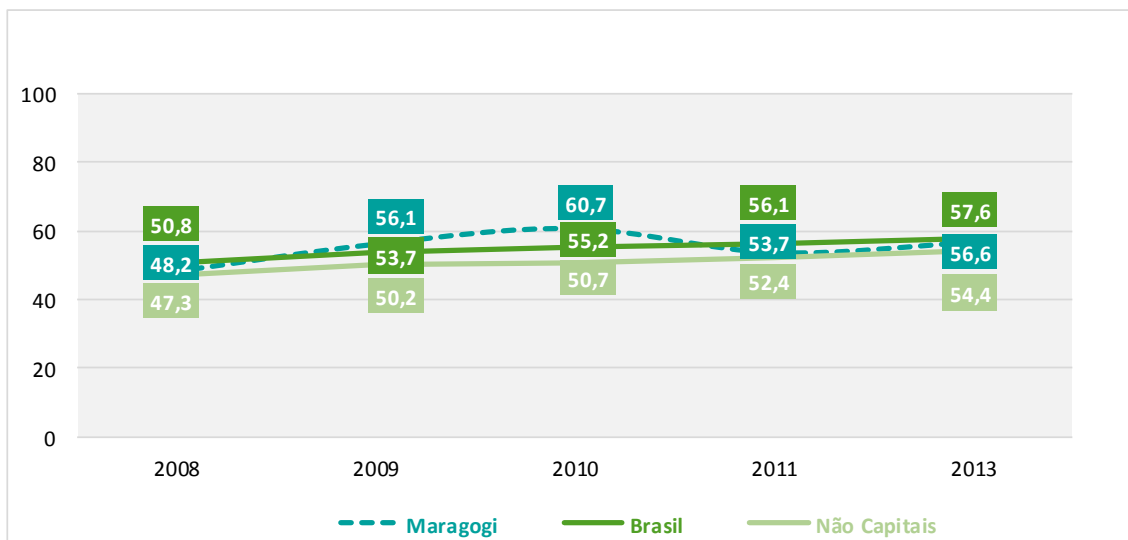
- Inexistência de plano de *marketing* formal para o destino, o qual poderia ser elaborado com a colaboração de diversos atores, contendo metas e seus indicadores de desempenho, atribuição de responsabilidades, e fundamentado em pesquisa sobre a demanda turística, contemplando a relação com agências e operadoras;
- O material promocional do destino não alerta o visitante sobre ações de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes;
- Inexistência de material promocional específico que apresente a estrutura disponível para eventos no destino;
- Ausência de uma página institucional do município na *internet* com informações turísticas sobre o destino; e
- Ausência de informações na página promocional de turismo que deixem claro aos potenciais turistas a preocupação do destino em prevenir a exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo.

2.7. Políticas públicas

Para avaliar a dimensão *Políticas públicas* foram considerados os seguintes aspectos: (i) estrutura municipal para apoio ao turismo; (ii) grau de cooperação com o governo estadual; (iii) grau de cooperação com o governo federal; (iv) planejamento para a cidade e para a atividade turística; e (v) grau de cooperação público-privada.

Em *Políticas públicas*, a média Brasil em 2013 foi de 57,6. O destino registrou 56,6 nessa dimensão em 2013 (nível 3), um índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 8. Índices Políticas públicas – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 54,4 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

Contribuíram de maneira positiva para a composição do indicador de competitividade nesta dimensão fatores como:

- Existência de um órgão municipal – Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Eventos - com atribuição de coordenar ou incentivar o desenvolvimento do turismo - ainda que não exclusivo do turismo;
- A Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Eventos desenvolveu, no ano anterior, projetos em conjunto com outras secretarias em atividades relacionadas ao turismo, entre eles, combate ao trabalho infantil com a Secretaria de Ação Social e conscientização para limpeza das praias com a Secretaria de Meio Ambiente;
- Recebimento de investimentos diretos do governo estadual em projetos que visavam ao desenvolvimento do turismo;
- Além de atuar em cooperação com o Ministério do Turismo em programas ou convênios, foram feitos investimentos diretos do governo federal no destino em projetos ligados ao turismo, no ano anterior;

- Existência de Plano Diretor Municipal, revisado recentemente, que contempla o setor de turismo; e
- Execução de ações e projetos em parceria com a iniciativa privada ou com entidades de classe representativas do setor ao longo do ano anterior.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

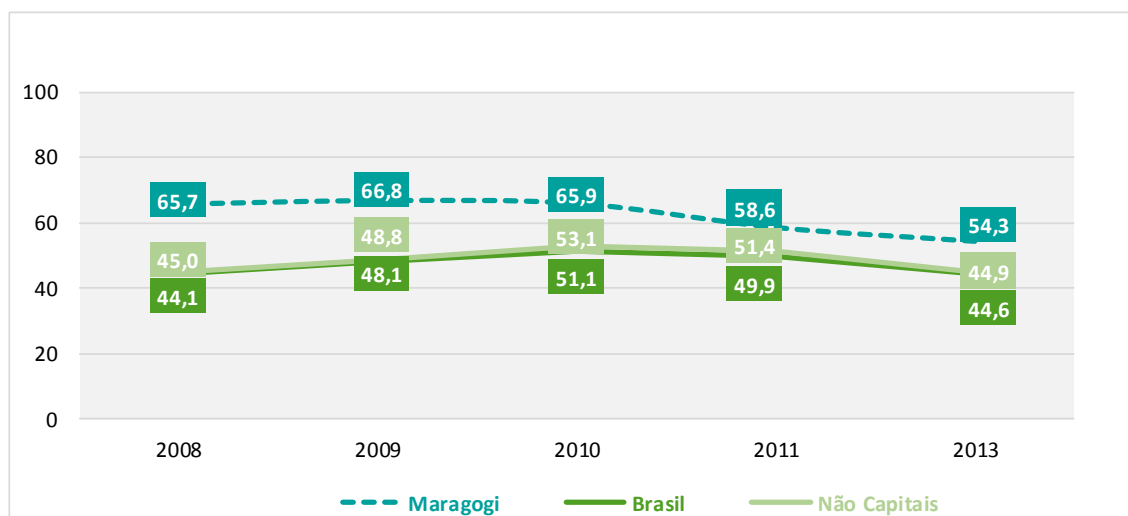
- O órgão gestor de turismo não é exclusivo da pasta turismo – incluindo ainda esportes e eventos;
- O órgão gestor de turismo não dispõe de fonte de recurso próprio extraorçamentário para coordenar e incentivar o desenvolvimento do setor;
- Não recebimento de recursos de emendas parlamentares para o turismo no ano anterior;
- Ausência de instância de governança local ativa – Conselho Municipal de Turismo está inativo desde o início de 2013; e
- Maragogi não segue nenhum planejamento formal para o setor de turismo que defina diretrizes e metas do setor para os próximos anos.

2.8. Cooperação regional

O *Estudo de Competitividade* considerou as seguintes variáveis referentes à *Cooperação regional*: (i) governança; (ii) projetos de cooperação regional; (iii) planejamento turístico regional; (iv) roteirização; e (v) promoção e apoio à comercialização de forma integrada.

Em *Cooperação regional*, a média Brasil em 2013 foi de 44,6. O destino registrou 54,3 nessa dimensão em 2013 (nível 3), índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 9. Índices Cooperação regional – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 44,9 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

Na dimensão *Cooperação regional*, alguns dos fatores que exerceram impacto positivo sobre o índice foram:

- O destino faz parte de uma instância de governança regional – Arranjo Produtivo Local Costa dos Corais – que conta com a participação de diversos atores do segmento turístico da região Costa dos Corais, e que está constituída seguindo os princípios do Programa de Regionalização do Ministério do Turismo;
- Existência de projetos de cooperação regional compartilhados entre o município avaliado e outros destinos dos estados de Alagoas, Pernambuco e Paraíba, entre eles, o Roteiro Integrado da Civilização do Açúcar;
- Existência de plano de desenvolvimento turístico integrado para a região, PDITS Alagoas (Polo Costa dos Corais), no qual estão previstas atribuição de responsabilidades, cujas ações e projetos contemplam o município avaliado;
- O destino integra roteiro regional, elaborado com informações de inventário ou cadastro da oferta turística e estruturados com a participação de atores do trade turístico;

- A elaboração dos roteiros regionais dos quais o destino faz parte considerou os princípios de sustentabilidade constantes nos documentos do Plano de Regionalização;
- No ano anterior, o destino participou de eventos para a promoção e comercialização dos roteiros regionais e da região turística dos quais faz parte, e realizou ações promocionais, em parceria com outros destinos da mesma região, com agentes/operadores de turismo receptivo;
- Existência de página institucional da região turística na internet – acessível no endereço www.costadoscorais.com.br; e
- O destino coproduz material promocional da região turística e roteiro turístico da qual faz parte.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador nesta dimensão, estão:

- A instância de governança regional – Arranjo Produtivo Local Costa dos Corais – não está formalmente constituída e não mantém reuniões periódicas desde 2011;
- Não realização de ações para mobilizar atores do setor de turismo do destino para a importância da cooperação regional, no ano anterior;
- Ausência de plano de desenvolvimento turístico integrado para a região turística, que determine responsabilidades e metas de mercado ou cujas ações e projetos contemplem o município avaliado;
- Os roteiros regionais dos quais o destino faz parte não são amplamente comercializados por operadores e/ou agências;
- A elaboração do roteiro regional não considerou o monitoramento dos impactos ambientais, socioculturais e econômicos; e
- Não foram implementadas ações/projetos previstos no plano de desenvolvimento turístico integrado para a região.

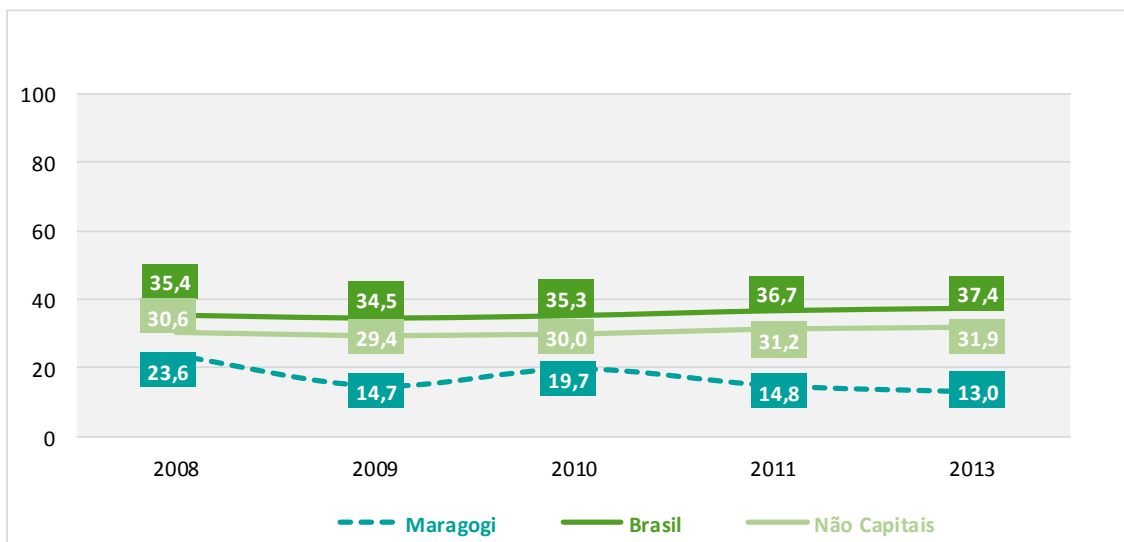
2.9. Monitoramento

Na dimensão *Monitoramento* foram considerados os seguintes quesitos: (i) pesquisa de demanda; (ii) pesquisa de oferta; (iii) sistema de estatísticas do turismo; (iv)

medição dos impactos da atividade turística; e (v) setor específico de estudos e pesquisas.

Em *Monitoramento*, a média Brasil em 2013 foi de 37,4. O destino registrou 13,0 nessa dimensão em 2013 (nível 1), índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 10. Índices Monitoramento – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 31,9 (nível 2), acima do resultado do destino nesta dimensão.

Na dimensão *Monitoramento*, o indicador foi influenciado de forma positiva por:

- Existência de pesquisa de oferta atualizada – Cadastramento de serviços e equipamentos turísticos pela da Secretaria Municipal de Turismo;

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

- Não realização de pesquisa de demanda periódica para coleta de dados relevantes para a gestão, o planejamento e a divulgação de informações sobre o destino;
- Ausência de um conjunto de estatísticas turísticas e de relatórios de conjuntura turística;

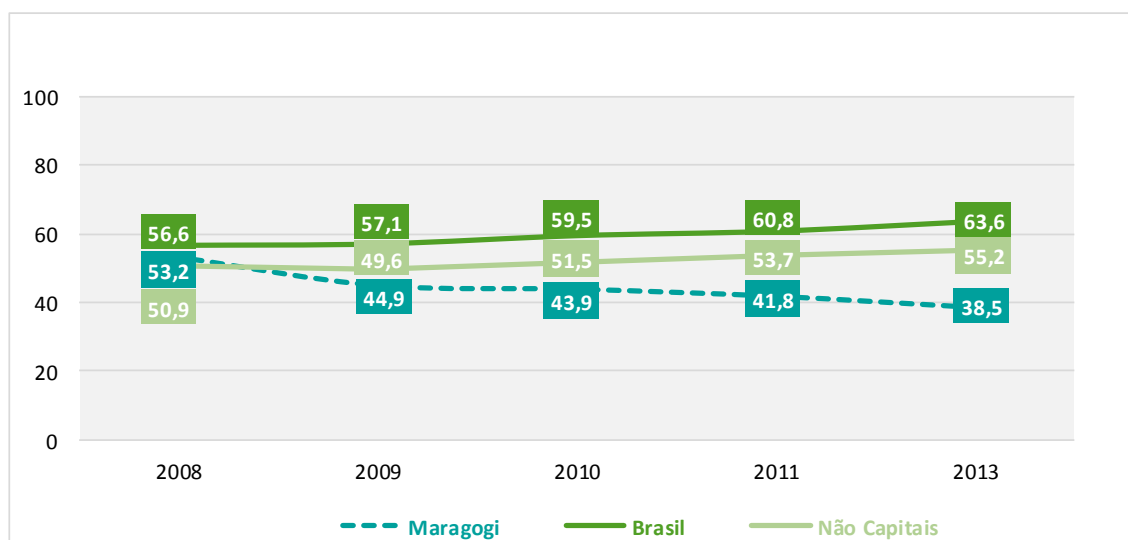
- Não acompanhamento dos objetivos da política em turismo em nível estadual e federal;
- Não monitoramento dos impactos econômicos, sociais ou ambientais gerados pelo turismo; e
- Ausência, por parte da administração pública local, de um setor específico de estudos que realize pesquisas em turismo.

2.10. Economia local

Para avaliar a dimensão *Economia local*, foram considerados os seguintes aspectos: (i) aspectos da economia local; (ii) infraestrutura de comunicação; (iii) infraestrutura e facilidades para negócios; e (iv) empreendimentos ou eventos alavancadores.

Em *Economia local*, a média Brasil em 2013 foi de 63,6. O destino registrou 38,5 nessa dimensão em 2013 (nível 2), índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 11. Índices Economia local – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 55,2 (nível 3), acima do resultado do destino nesta dimensão.

Nesta dimensão, dados econômicos de fontes secundárias também foram observados, como o PIB, PIB *per capita* e volume de operações de crédito.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por fatores como:

- Presença de caixas eletrônicos de autoatendimento para saques com cartões de crédito internacionais;
- Existência de políticas locais ou regionais de incentivo à formalização de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços, através do balcão do Sebrae;
- Oferta de benefícios financeiros locais ou regionais (linhas especiais de financiamento) para empreendimentos e serviços ligados ao setor por meio do Banco do Nordeste e a Agência Estadual Desenvolve; e
- Atuação de um *Convention & Visitors Bureau* da região Costa dos Corais.

Entre os fatores que limitam a evolução do indicador, estão:

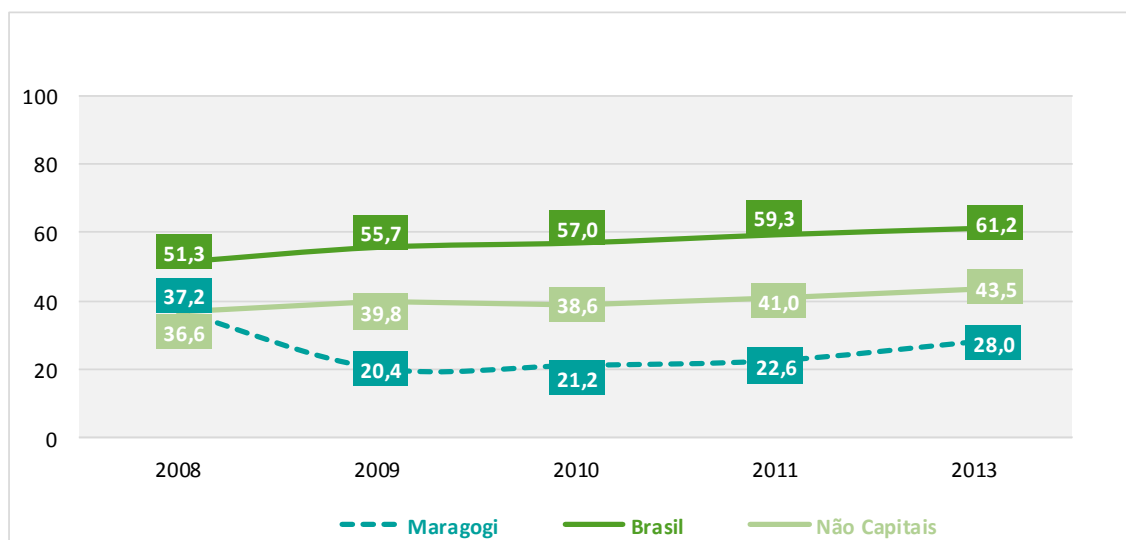
- Indisponibilidade de acesso gratuito à *internet* em locais públicos;
- Ausência de benefícios locais de isenção ou redução de impostos ou taxas para as atividades características do turismo; e
- Inexistência de um polo de produção/negócios capaz de movimentar a economia local e, conseqüentemente, alavancar o fluxo turístico receptivo.

2.11. Capacidade empresarial

O *Estudo de Competitividade* considerou os seguintes quesitos referentes à *Capacidade empresarial*: (i) capacidade de qualificação e aproveitamento do pessoal local; (ii) presença de grupos nacionais e internacionais do setor de turismo; (iii) concorrência e barreiras de entrada; e (iv) presença de empresas de grande porte, filiais ou subsidiárias.

Em *Capacidade empresarial*, a média Brasil em 2013 foi de 61,2. O destino registrou 28,0 nessa dimensão em 2013 (nível 2), índice acima do obtido pelo destino em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 12. Índices Capacidade empresarial – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 43,5 (nível 3), acima do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Presença de instituições de ensino com programas regulares de formação técnica, de formação superior e de cursos livres;
- Pessoal local qualificado para trabalhar em cargos de operação técnica e serviços gerais em meios de hospedagem, de acordo com a opinião dos entrevistados; e
- Existência de adensamento de empreendimento turístico que fomenta o empreendedorismo como arranjo produtivo local – APL Costa dos Corais;

Entre os fatores limitantes à expansão do indicador, estão:

- Ausência de escolas de formação em idioma estrangeiro;
- Carência de pessoal local qualificado para trabalhar em cargos de gerência ou administrativos em hotelaria;
- Ausência de grupos de redes nacionais ou internacionais do setor de turismo, como empresas dos segmentos de locação de automóveis e redes de meios de hospedagem;

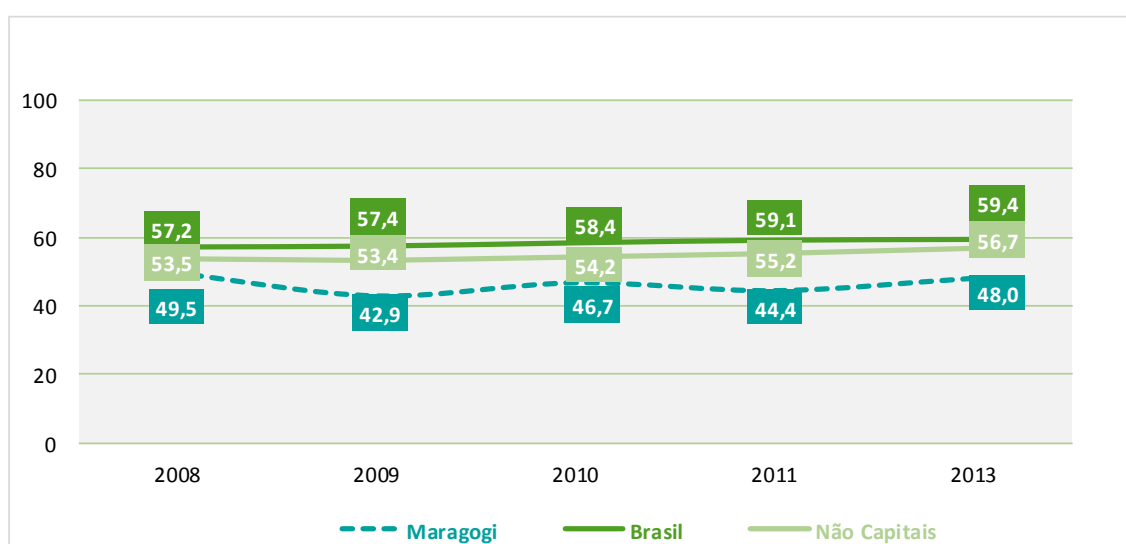
- Presença de barreiras à entrada de novos empreendimentos turísticos, sinalizadas pelos entrevistados - entre elas falta de regularização fundiária, infraestrutura para edificações (esgotamento, luz, etc), e falta de incentivos fiscais; e
- Inexistência de empresas de grande porte, filiais ou subsidiárias com mais de mil funcionários e de empresas que exportam mercadorias de alto valor agregado ou perecíveis.

2.12. Aspectos sociais

O *Estudo de Competitividade* considerou as seguintes variáveis referentes aos *Aspectos sociais*: (i) acesso à educação; (ii) empregos gerados pelo turismo; (iii) política de enfrentamento e prevenção à exploração sexual infanto-juvenil; (iv) uso de atrativos e equipamentos turísticos pela população; e (v) cidadania, sensibilização e participação na atividade turística.

Em *Aspectos sociais*, a média Brasil em 2013 foi de 59,4. O destino registrou 48,0 (nível 3) nessa dimensão em 2013, índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 13. Índices Aspectos sociais – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 56,7 (nível 3), acima do resultado do destino nesta dimensão.

Indicadores sociais do município, como percentual de habitantes com acesso ao ensino, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), foram alguns dos dados considerados na composição do índice da dimensão *Aspectos Sociais*.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Investimentos em educação acima do percentual obrigatório de 25%;
- Adoção de políticas de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes por parte do poder público municipal;
- Existência de programas de incentivo ao uso dos equipamentos turísticos pela população local, ações contínuas realizadas por órgãos municipais e ações contínuas realizadas por parte da iniciativa privada ou entidades ligadas ao turismo para melhorar a circulação de turistas;
- Sensibilização dos cidadãos sobre a importância da atividade turística para o destino e para a preservação do meio ambiente; e
- A sociedade civil organizada se envolve, com evidente frequência, com o desenvolvimento do turismo no destino através de associações de diversos segmentos relacionados ao turismo.

Entre os fatores limitantes para a evolução do indicador, estão:

- Utilização de mão de obra informal durante a alta temporada, segundo relatos obtidos em campo;
- Inexistência de programa específico de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo;
- Ausência de sensibilização do turista para o respeito à comunidade e cultura local; e
- A população não é consultada sobre atividades ou projetos turísticos, seja por meio do conselho municipal de turismo ou de audiência pública.

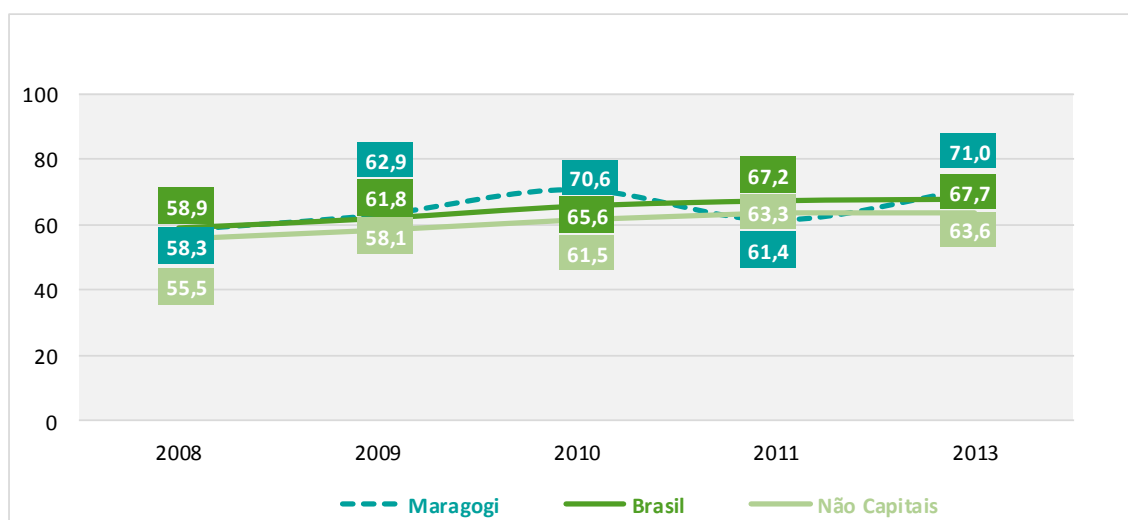
2.13. Aspectos ambientais

Para avaliar a dimensão *Aspectos ambientais* foram considerados os seguintes aspectos: (i) estrutura e legislação municipal de meio ambiente; (ii) atividades em

curso potencialmente poluidoras; (iii) rede pública de distribuição de água; (iv) rede pública de coleta e tratamento de esgoto; (v) coleta e destinação pública de resíduos; e (vi) unidades de conservação no território municipal.

Em *Aspectos ambientais*, a média Brasil em 2013 foi de 67,7. O destino registrou 71,0 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 14. Índices Aspectos ambientais – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 63,6 (nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Presença de um órgão municipal com atribuição de coordenar ou incentivar a preservação do meio ambiente - Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- Presença de conselho municipal do meio ambiente atuante;
- Existência de um Código Ambiental Municipal ou similar - contra o qual não há ação judicial pública;
- Inexistência de atividades potencialmente poluidoras, com alvará de funcionamento ou de localização no território municipal;
- Rede pública de distribuição de água;
- Realização de campanhas educativas periódicas para o uso racional da água;

- Disponibilidade de sistema público de coleta de esgoto com configuração de separador absoluto que atende ao destino; e
- Presença de Unidades de Conservação com atividade turística em território municipal – Área de Preservação Ambiental Costa dos Corais -, com conselho gestor e na qual se aplica de plano de manejo.

Entre os fatores limitantes para a evolução do indicador, figuram:

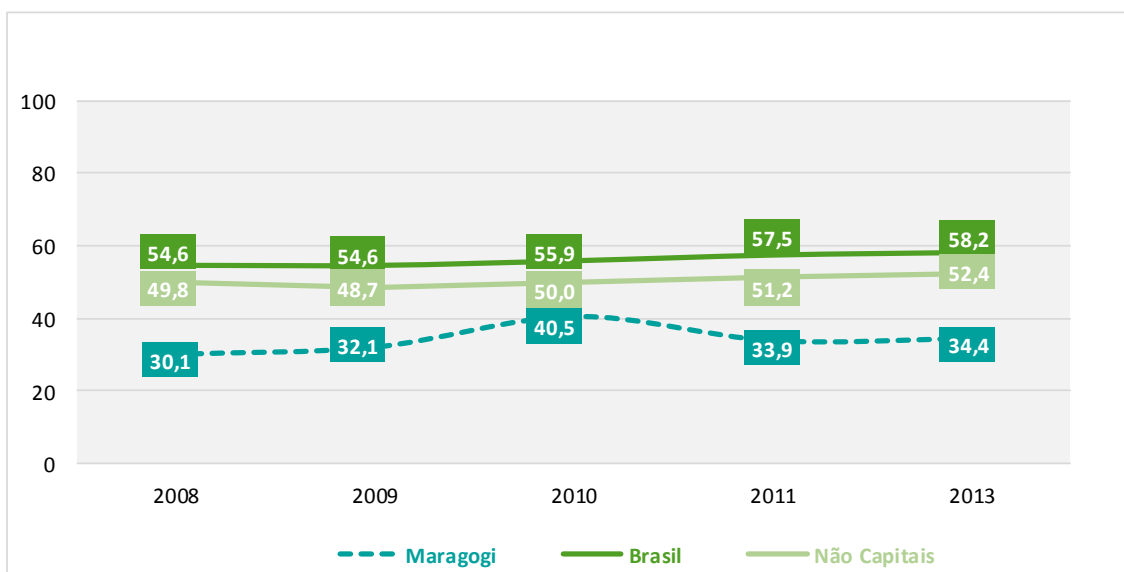
- Ausência de estação de tratamento de água para a sua reutilização;
- Inexistência de campanhas educativas periódicas para o uso racional da água;
- Baixo índice de cobertura da rede pública de esgoto;
- Destinação de resíduos sólidos residenciais e comerciais para um depósito aberto sem tratamento e sem estrutura nem capacidade suficiente; e
- Inexistência de serviços de coleta seletiva residencial.

2.14. Aspectos culturais

Nesta dimensão foram considerados os seguintes quesitos: (i) produção cultural associada ao turismo; (ii) patrimônio histórico e cultural; e (iii) estrutura municipal para apoio à cultura.

Em *Aspectos culturais*, a média Brasil em 2013 foi de 58,2. O destino registrou 34,4 nessa dimensão em 2013 (nível 2), um índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 15. Índices Aspectos culturais – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 52,4 (nível 3), acima do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Presença de atividade artesanal típica – artesanato de fibra de bananeira – comercializada em esfera local;
- Existência de culinária típica pela qual o destino é reconhecido em esfera regional: Bolinho de goma (sequilho);
- Presença de tradições culturais evidentes e típicas do seu território e da região onde está inserido, entre elas Guerra dos Cabanos e Encontro das Moedas;
- Manifestações religiosas no destino – Festa de Nossa Senhora da Guia, Festa de São Benedito, Festa de São Bento, entre outras – que atraem fluxo turístico;
- Presença de grupo artístico de manifestação popular tradicional: Samba de Matuto (folgado);
- Presença de órgão da administração local com atribuição exclusiva de incentivar o desenvolvimento da cultura; e
- O órgão que administra a cultura no destino compartilhou projeto com a secretaria de turismo no ano anterior: Projeto Mais Cultura nas Escolas.

Entre os fatores limitantes à expansão do indicador, estão:

- Ausência de patrimônio imaterial registrado, ausência de patrimônio artístico tombado e inexistência de bens tombados como patrimônio histórico;
- Inexistência de política municipal de cultura que poderia, entre outros, prever a manutenção de calendário de manifestações culturais no destino;
- Ausência de legislação municipal de cultura e de fundo municipal de cultura;
- O destino não aderiu ao Sistema Nacional de Cultura e não conta com projeto de implementação de turismo cultural; e
- Não monitoramento da utilização turística do patrimônio cultural por meio da aplicação de plano de capacidade de suporte ou carga.

3. BALANÇO GERAL – ÍNDICES DE COMPETITIVIDADE

A Tabela 1 apresentada a seguir, consolida os resultados gerais do destino nas dimensões avaliadas. O índice geral é o resultado da soma ponderada das 13 dimensões, analisadas segundo a sua importância para a competitividade do turismo. É possível verificar ainda os índices do Brasil e do grupo das não capitais, registrados nas últimas três edições do Índice de Competitividade.

Ao realizar uma análise sobre a série histórica dos resultados de Maragogi, é possível concluir que, em 2013, houve evolução do indicador de competitividade do destino (Índice geral) em comparação com o ano anterior da pesquisa².

² Como explicado anteriormente, para que o município possa comparar os resultados, é importante observar que se considerou, como estabilidade do índice, um aumento ou queda de até 1,0 ponto na comparação dos indicadores entre anos seguidos. Isto é, para que o destino considere que o índice evoluiu ou regrediu, é preciso que a diferença entre os resultados das pesquisas seja superior a 1,0 ponto, para mais ou para menos.

Tabela 1. Índices de competitividade do destino e médias Brasil e não capitais

Dimensões	Brasil			Não Capitais			Maragogi		
	2010	2011	2013	2010	2011	2013	2010	2011	2013
Índice geral	56,0	57,5	58,8	50,3	51,8	53,1	45,2	42,3	43,9
Infraestrutura geral	65,8	68,4	68,6	59,8	63,2	63,8	61,3	55,3	49,3
Acesso	60,5	61,8	62,6	52,3	53,1	53,8	33,7	39,8	39,0
Serviços e equipamentos turísticos	50,8	52,0	56,8	41,9	43,4	48,1	36,7	30,4	33,9
Atrativos turísticos	60,5	62,0	63,2	61,3	62,5	63,4	59,7	55,0	61,2
Marketing e promoção do destino	42,7	45,6	46,8	39,8	42,5	44,4	24,5	32,4	38,6
Políticas públicas	55,2	56,1	57,6	50,7	52,4	54,4	60,7	53,7	56,6
Cooperação regional	51,1	49,9	44,6	53,1	51,4	44,9	65,9	58,6	54,3
Monitoramento	35,3	36,7	37,4	30,0	31,2	31,9	19,7	14,8	13,0
Economia local	59,5	60,8	63,6	51,5	53,7	55,2	43,9	41,8	38,5
Capacidade empresarial	57,0	59,3	61,2	38,6	41,0	43,5	21,2	22,6	28,0
Aspectos sociais	58,4	59,1	59,4	54,2	55,2	56,7	46,7	44,4	48,0
Aspectos ambientais	65,6	67,2	67,7	61,5	63,3	63,6	70,6	61,4	71,0
Aspectos culturais	55,9	57,5	58,2	50,0	51,2	52,4	40,5	33,9	34,4

Fonte: FGV, SEBRAE, MTur, 2013

* O resultado Brasil considera a amostra das 65 cidades analisadas. Os resultados das "Não capitais" refletem a média dos índices do grupo de cidades de mesma característica geopolítica.